



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 30 de julho de 2011

A CRÍTICA

Greve	1
ECONOMIA	

A CRÍTICA

Política Industrial	2
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO

CAPA	3
CAPA	

AMAZONAS EM TEMPO

Contexto	4
OPINIÃO	

AMAZONAS EM TEMPO

Sindicato estima 'perda' de 5,8 mil motocicletas	5
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO

Lei Geral atende a mais da metade do Amazonas	6
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO

Sérgio Frota	7
PLATÉIA	

AMAZONAS EM TEMPO

Sérgio Frota	8
PLATÉIA	

DIÁRIO DO AMAZONAS

CAPA	9
CAPA	

DIÁRIO DO AMAZONAS

Claro & Escuro	10
OPINIÃO	

DIÁRIO DO AMAZONAS

Fábricas vivem sob ameaça de greve	11
AMAZONAS	

DIÁRIO DO AMAZONAS

Proporção do crédito no PIB cresce 91,8%	12
BRASIL	

MASKATE

Fala Sério	13
OPINIÃO	

Greve

Trabalhadores cruzam os braços na Moto Honda

Sindicato quer reajuste de 12% para quem ganha o piso salarial e de 10% para quem recebe acima

CIMONE BARROS
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O Sindicato dos Metalúrgicos cumpriu a promessa e paralisou parcialmente as atividades, ontem, no Polo de Duas Rodas. A fábrica escolhida foi a Moto Honda da Amazônia, empresa estratégica no segmento por empregar mais de 10 mil funcionários e ter na sua cadeia cerca de 20 empresas fornecedoras locais. Segundo o sindicato dos trabalhadores, por volta de 4 mil funcionários cruzaram os braços na manhã de ontem, após assembleia realizada na fábrica, autorizando a entidade sindical a negociar reajuste com o sindicato patronal de 12% para quem ganha o piso e 10% aos demais trabalhadores. Na noite de quinta-feira, os trabalhadores solicitavam reajuste 17,5%.

Ao contrário do que comumente acontece nas paralisações, a empresa autorizou a entrada dos diretores na fábrica para conversar com os funcionários, tirando o foco da imprensa sobre a planta fabril. A atitude da Honda evitou que centenas de funcionários e sindicalistas com carros de som e panfletos ficassem em frente da fábrica. "As linhas de produção da fábrica estão paradas por tempo indeterminado e os tra-

balhadores estão aguardando no refeitório", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana.

De acordo com Santana, o piso do segmento dos metalúrgicos é R\$ 759, enquanto no polo eletroeletrônico é de R\$ 700. Os trabalhadores solicitam reajuste para que os pisos fiquem em R\$ 850 e R\$ 800, respectivamente. Para os demais colaboradores do setor, a solicitação é de aumento de 10%, sendo que 7% é reposição de inflação. De acordo com Santana, o reajuste vai atingir cerca de 117 mil trabalhadores.

NEGOCIAÇÃO

Por meio de nota, a empresa Moto Honda da Amazônia informou que está negociando o aumento de salário dos empregados com os representantes do sindicato patronal. A empresa é filiada ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus. Segundo a empresa, o sindicato patronal apresentou a proposta de aumento de 9% para o piso salarial e reajuste de 8,5% para aqueles que ganham até R\$ 2.500,00, além de reajuste de 7% para quem ganha acima de R\$ 2.500,00. A empresa negou que as linhas de produção estejam paradas.

Faturamento do setor já cresceu 24,5%

A maioria das indústrias metalúrgicas da Zona Franca de Manaus atuam no polo de duas rodas, que tem o segundo maior peso na indústria local. De acordo com informações da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o setor de duas rodas respon-

de por 22% do faturamento do modelo, atrás apenas do polo de eletroeletrônicos, que responde por 32%.

Só até maio, as fábricas de motocicletas já faturaram mais de R\$ 6,1 milhões, o que equivale a um incremento de 24,5% em relação ao mesmo período do

ano passado. A produção de motos também cresceu nesse período; a alta foi de 30% em relação ao ano passado. Na lógica dos sindicalistas, se o setor está bem, não há porque não compartilhar essa recuperação com os colaboradores.

Colaborou: Joubert Lima

Política Industrial

Centrais sindicais rechaçam convocação

SÃO PAULO (AE) - Os dirigentes da Força Sindical, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) divulgaram ontem nota à imprensa na qual rechaçam convite feito pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para discutir a nova política industrial do Governo Federal. "Essa convocação é praticamente para aplaudir a iniciativa. Isso nós não concordamos. Nós queremos propor medidas", afirma O secretário-geral da União Geral da UGT, Francisco Canindé Pegado.

No texto, as lideranças sindicais ressaltam que a reunião foi marcada para as 8h30 da próxima terça-feira, dia 2, poucas horas antes do anúncio das novas medidas de fomento à indústria nacional, marcado para as 11h. A expectativa, contudo, é de que a presidente Dilma Rousseff adie o anúncio, decisão que deve ser tomada hoje, em encontro com ministros no Palácio da Alvorada.

Francisco Pegado afirma que, nos últimos meses, as centrais sindicais se reuniram com o Governo Federal, mas que o assunto não foi abordado durante os encontros, apesar da demanda das entidades.

O dirigente da UGT, segundo o qual o "equivoco" de não convocar antes as entidades sindicais foi da equipe econômica do Governo. "Dessa vez, a equipe econômica derrapou", criticou.

CAPA

>> **Metalúrgicos**

Greve compromete produção de mais de cinco mil motos

Gigante japonesa nega, mas Sindicato dos Metalúrgicos confirma que a paralisação interrompeu a fabricação dos veículos. **Economia B3**

Contexto

Maratona

O governador Omar Aziz não conseguiu, esta semana, ter audiência com a presidente Dilma Rousseff, em Brasília,



onde cumpre agenda para tentar minimizar os prejuízos na disputa pela fabricação dos tablets no Brasil. Na quinta-feira ele reuniu-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso.

Cobrança

Com a presidente, Omar deve endurecer o discurso pela defesa da Zona Franca. Ele reivindica que os ministros coloquem em prática os discursos de Dilma em prol do Amazonas. Na próxima semana o governo federal lança a nova política industrial do país, que pode ser mais um golpe no Estado.

Sindicato estima 'perda' de 5,8 mil motocicletas

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

A paralisação de trabalhadores da Moto Honda, ontem, trouxe um saldo negativo para a empresa. Embora a companhia negue prejuízos, estima-se que mais de 5,8 mil motocicletas deixaram de ser produzidas durante os dois turnos ontem. A informação é do 1º secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, José Borges.

Isso mostra que o impasse entre empresas e trabalhadores registrou o primeiro grande impacto. Segundo o sindicato, a gigante do setor de duas rodas paralisou a produção de motocicletas, quando os colaboradores decidiram cruzar os braços por insatisfação com o reajuste apresentado pelo sindicato patronal da categoria.

De acordo com o diretor de Comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos, Sidney Malaquias, o movimento começou por volta das 6h - hora de entrada do primeiro turno - quando a entidade chegou ao local, disse a contraproposta dos empresários em um carro de som e depois todos decidiram paralisar.

Malaquias afirmou ain-

da que aproximadamente quatro mil trabalhadores da Moto Honda se mobilizaram, número divergente do apresentado pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus (Sinmen). O representante do sindicato mencionou o risco da fábrica ficar de greve por tempo indeterminado, o que causaria grandes impactos à multinacional - empregadora de um número superior a dez mil funcionários e 'faz rodar' outras 30 empresas fornecedoras de componentes.

Conforme o presidente do Sinmen, Athaydes Mariano Félix, as negociações continuam, mas os funcionários devem ficar paralisados nos próximos dias até a situação ser resolvida. "Até o fim da semana que vem nós devemos fechar isso (chegar a um acordo)", afirmou Félix.

Ele ressaltou que a proposta apresentada pela entidade foi de 10% de reajuste sobre o piso salarial, mais 9% para quem ganha até R\$ 2,5 mil e 7% para quem recebe acima de R\$ 2,5 mil. No entanto, essa proposta foi recusada pelos trabalhadores. Segundo Félix, o sindicato laboral quer 12% sobre o piso salarial, mais 10% para as outras faixas.

Moto Honda nega greve

Em nota, a Moto Honda disse que a negociação salarial é realizada com os representantes dos trabalhadores. Sobre a paralisação confirmada pelo sindicato laboral, a empresa deu a versão de que "em respeito aos seus colaboradores, hoje pela manhã (ontem) foi liberada a entrada do carro de som e dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos em suas dependências, para que todas as informações fossem repassadas diretamente aos colaboradores. As negociações prosseguem e confiamos que as partes cheguem a bom termo".

Por outro lado, funcionários confirmaram a paralisação de alguns setores. Um deles, que preferiu não se identificar, assegurou que o setor HBA 1 - que representa 35% de todo o contingente de trabalhadores da empresa - parou 100%.

Lei Geral atende a mais da metade do Amazonas

Trinta e cinco municípios têm legislação para atender empreendedores individuais, micro e pequenas empresas

O Amazonas já conta com 35 municípios regulamentados com a Lei Complementar 123/2006, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. O município de Juruá (localizado a 672 quilômetros de Manaus), por meio da Lei Municipal Complementar Nº 002/2011, do dia 25 de julho, foi o mais recente a aprovar a legislação que oferece tratamento diferenciado às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e empreendedores individuais (EIs).

Empreendedores Individuais são aqueles empreendimentos cujo faturamento é de até R\$ 36 mil por ano. Já microempresas são aqueles negócios com faturamento anual a partir de R\$ 36 mil até R\$ 240 mil. As pequenas empresas são as que faturam a partir de R\$ 240 mil

e até R\$ 2,4 milhões.

Para a gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae no Amazonas, Lamisse Said, com a sanção em Juruá, o Amazonas já conta com 56% do território coberto com a Lei Geral. "O importante neste momento é garantir que os mecanismos previstos na lei possam entrar em vigor, proporcionando benefícios e oportunidades de crescimento para os pequenos negócios", afirma a gerente.

Um dos dispositivos prioritários para garantir efetiva implementação da lei é o que estabelece o Capítulo 5, especificamente sobre as compras governamentais. Neste caso, as compras por meio de licitações de até R\$ 80 mil devem ser feitas exclusivamente para os pequenos negócios. Outra medida importante é a criação da Sala do Empreendedor, por

meio da qual os atuais e futuros empreendedores do município terão acesso a informações sobre abertura, alteração e fechamento de empresas, além de apoio do Sebrae.

"A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas garan-

te aos pequenos negócios benefícios fiscais, inovação tecnológica e educação empreendedora, associativismo e regras de inclusão, incentivo à geração de empregos e à formalização de empreendimentos", conclui Lamisse.

Economia

O município de Juruá, localizado no Sudoeste do Amazonas, tem como atividade principal a agropecuária e possui aproximadamente 120 estabelecimentos na área. Atualmente, 20 microempreendedores do município, estão registrados na categoria Empreendedor Individual (EI). A expectativa, com a regulamentação da Lei Geral, é a de que novos mercados e oportunidades sejam criados e o município passe a manter um canal direto com o Sebrae.

Sérgio Frota

Zona Franca

O governador Omar Aziz criticou o Governo Federal, por não tomar nenhuma medida em relação aos prejuízos causados ao Pólo Industrial de Manaus, diante de medidas que inviabilizam as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus e por está discutindo uma nova política industrial para o Brasil, sem ouvir o Estado onde, segundo ele, está concentrado o maior pólo eletroeletrônico da América do Sul.

● A cobrança foi feita na última terça-feira, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, durante a posse do novo desembargador Jorge Lins.

Sérgio Frota

Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso, e o presidente do INMETRO, João Alziro da Jornada, durante assinatura do termo de cooperação técnica



CAPA

MOVIMENTO MOBILIZAÇÃO DE ONTEM NO PIM FOI A MAIOR EM 11 ANOS

Metalúrgicos do AM paralisam a Moto Honda por melhores salários

AMAZONAS 6 | Após 11 anos sem a ocorrência de paralisações em massa, trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) radicalizaram na luta por melhores salários, como a paralisação da Moto Honda, que emprega cerca de 10% da mão de obra direta do PIM. A fabricante nega a greve e o Sindicato dos Metalúrgicos promete novas paralisações nos próximos dias.

Claro & Escuro

Vacas magras

De Wilson Périco, do Cieam, sobre negociação por melhores salários na Honda, cujos operários estão parados: “Tem sido extremamente penoso manter os negócios em Manaus”. Em 2010, o PIM bateu recorde histórico de faturamento.

Fábricas vivem sob ameaça de greve

Beatriz Gomes
Da Redação
Manaus, Amazonas

Após onze anos sem a ocorrência de paralisações em massa, trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) deram ontem os primeiros sinais de que podem cruzar os braços diante do impasse entre patrões e empregados em torno de reajustes salariais. O sinal de alerta foi dado com a paralisação da Moto Honda, onde mais de cinco mil empregados pararam as atividades ontem.

Em nota, a assessoria da Moto Honda negou a greve e informou que a empresa apenas permitiu a entrada de um carro de som e que os trabalhadores participassem de uma reunião com sindicalistas no principal refeitório da fábrica.

A Moto Honda da Amazônia emprega 10 mil colaboradores diretos, o que representa 10% de toda a mão-de-obra ocupada do (PIM), além de ser a maior repre-

sentante do Polo de Duas Rodas, sendo responsável por uma produção diária média de até nove mil motocicletas.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal), os empresários alegam que a proposta dos trabalhadores é inviável.

Na primeira negociação, os trabalhadores pediram 17,5% de reajuste, o que garantiria 10% de ganho real, já que o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) acumulado nos últimos 12 meses até junho registrou uma inflação de 6,79%.

Entre outras reivindicações levadas às empresas estão, ainda, a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses, plano odontológico, jornada de trabalho de quarenta horas e profissionais de serviço social e psicologia para acompanhar a saúde e bem-estar do trabalhador.

"Em um ano recorde de faturamento dos polos de Duas Rodas e de Eletroeletrônico, o sindicato



Sindicalistas escolheram paralisar a Moto Honda da Amazônia como forma de mostrar aos patrões o poder de força dos trabalhadores / Foto: Eraldo Lopes

das indústrias está oferecendo aos colaboradores um ganho real de 1,5%, quando no ano passado, período de crise, nós recebemos 2,5% acima da inflação", declarou o diretor de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos, Sidney Malaquias. A data base da categoria é 1º de agosto.

Salários achatados

Levantamento feito no início de julho pelo DIÁRIO mostrou que de cada dez trabalhadores do PIM, seis ganham até dois salários mínimos, um cenário nada animador para o segmento da indústria que projeta recorde de US\$ 40 bilhões nas vendas em 2011.

Ameaça

O sindicato dos trabalhadores

também iniciou as negociações com o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees) e se não houver acordo essa semana, a paralisação também deve estender-se ao polo de eletroeletrônicos.

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus (Simmem) apresentou uma proposta de 9% para o piso salarial, reajuste de 8,5% para quem ganha até R\$ 2,5 mil e de 7% para os demais funcionários.

O presidente do Simmem, Athaydes Mariano Félix, considerou a proposta dos trabalhadores de 17,5% como inviável. "A discussão está muito radical, queremos chegar a um acordo mas o pedido de 17,5% é totalmente inviável", destaca Félix. Em torno de 60 empresas do PIM são afiliadas ao sindicato patronal.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Proporção do crédito no PIB cresce 91,8%

A proporção do crédito do sistema financeiro em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no País) praticamente dobrou em oito anos, de acordo com números divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda.

Enquanto, em junho de 2003, o crédito representava 24,6% do PIB, em junho de 2011, passou a representar 47,2%. Em valores nominais, em 2003, o crédito chegou a R\$ 389 bilhões e, em 2011, atingiu R\$ 1,834 trilhão.

Por outro lado, as desonerações líquidas, como forma de dar estímulos ao setor produtivo, atingiram R\$ 77,1 bilhões, sendo que o maior valor foi registrado em 2009,

com R\$ 26,9 bilhões. Em 2011, segundo estimativa da Receita Federal, as desonerações líquidas ficarão em R\$ 15,1 bilhões.

A demanda interna continua em destaque quando se trata de fatores que impulsionam o crescimento da economia. Em 2011, de acor-

do com previsões do Ministério da Fazenda, a expectativa de crescimento da economia é de 4,5%, a demanda interna esperada é de 5,9%, e a demanda externa líquida, negativa em 1,4%.

Os investimentos totais continuam em tendência ascendente, com a formação bruta de capital fixo, que em 2002 era 16,4% do PIB, passando para 23,2% em 2011.

O Ministério da Fazenda apresentou ainda dados que mostram crescimento médio da economia de 4% após a criação do PAC, em 2007, e crescimento médio de 5,1% da economia após o PAC 2. O número de empregos também cresceu.

EXPANSÃO

Números mostram aumento do crédito na economia

47,2%

é quanto representa o crédito no sistema financeiro nacional em relação à produção do País. Em 2003, o crédito era 24,6% do PIB, segundo dados divulgados ontem.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Fala Sério

Omar no Supremo



Agora é pra valer. E não se trata apenas de mais uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade. O governo do Amazonas se deu conta de que não pode contar com o governo Dilma e

que suas promessas foram palavras carregadas pelo vento. E a hora é do confronto.

Quem não junta, separa!

E quais armas o Estado pode usar? A primeira é a lei. Os incentivos da Zona Franca são constitucionais. E aí não tem ajuste político. É com a Suprema Corte. A segunda arma é política e o governador tem que dar nome aos bois. Quem não junta separa.